



RAZÕES PARA UM DESCREDENCIAMENTO EM EAD: O CASO UNITINS

MARIA ZOREIDE BRITTO MAIA

RESUMO: Objetiva compreender as razões que levaram o Ministério da Educação (MEC), a abrir um processo administrativo para o credenciamento de cursos a distância oferecidos pela Unitins (Fundação Universidade Estadual do Tocantins). O presente texto analisa o processo de implantação da Ead na Unitins, iniciado em 20 de julho de 2004, quando recebeu autorização do MEC para ofertar cursos de graduação a distância, a 22 de julho de 2009, quando foi publicado no DOU a Portaria n. 33, que instaurara o processo administrativo para aplicação de penalidades na Universidade do Tocantins. Analisa seu processo de expansão que em apenas 05 anos chegou a cem mil alunos, em parceria com a Eadcon e a Fael, evidenciando os problemas e dificuldades encontradas por esta instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Descrédenciamento, Educação a distância, Expansão, Gratuidade. Qualidade.

A Fundação Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) tinha um credenciamento de cinco anos para ofertar cursos de graduação a distância (Ead), que venceu no dia 20 de julho de 2009, coincidentemente junto com o prazo que havia sido dado para que ela assinasse o Termo de Saneamento. Esse Termo foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério Público Federal (MPF) e a Unitins, contendo uma série de medidas que precisavam ser tomadas para melhorar a qualidade do ensino ofertado e permitir a permanência dos alunos na Instituição. Após vistoriar a Unitins em 2008, o MEC constatou a oferta dos cursos a distância em pólos irregulares, quantidade insuficiente de professores e tutores, cobrança de mensalidade, o que é vedado às instituições públicas. Em abril desse ano, o MPF do Tocantins tinha determinado a transferência dos 60 mil alunos de cursos a distância em função das irregularidades apontadas pelo MEC, como também a suspensão do vestibular.

No entanto, a Unitins não assinou o Termo de Saneamento e o MEC abriu o processo de descrédenciamento. Junto com o MPF, entraram com uma ação judicial exigindo o cumprimento do termo de ajuste de conduta (TAC), que previa um planejamento para o processo de transferência, que deveria ser organizado pela Unitins. A instituição informou que o TAC não foi assinado porque não havia “condições econômicas” para implementar as medidas saneadoras que foram definidas pelo MEC. Com o descrédenciamento, os alunos serão obrigados a deixar a Unitins para concluir o curso em outra instituição. A Unitins oferecia oito cursos a distância e os serviços chegavam a 1.600 municípios.

O presente texto objetiva mostrar a expansão desta instituição de ensino pelo viés da Ead, evidenciando os problemas e dificuldades encontradas, que resultou na intervenção do MPF e no processo de descrédenciamento pelo MEC.

UMA UNIVERSIDADE PARA O TOCANTINS

A Unitins foi criada através do decreto n.º 252/90 e a Lei n.º 136/90, instituiu a Fundação Universidade do Tocantins cujo objetivo era organizar, instalar e manter a Unitins.

Criada no Sistema multicampi, a Unitins seria uma das precursoras da interiorização do ensino superior no país, garantindo o acesso à educação superior as pessoas do recém-criado Estado. Formada, inicialmente pela sede na capital e por três Centros de Extensão, abrangeria a dimensão geográfica de Norte a Sul do Tocantins. Um ano depois ocorre à primeira reestruturação da universidade, a Lei 326/91, extingue a Fundação mantenedora, e a transformada em Autarquia, pessoa jurídica de direito público, passando a integrar o Sistema Estadual de Ensino. Foram criados 05 Centros Universitários e mantidos os três Centros de Extensão. Em 1996, o governo do Tocantins decretou a segunda reestruturação da Unitins, em novembro desse ano, a Lei n. 872/96 extinguiu o modelo autárquico e a Lei n. 874/96 autorizou o poder executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição de uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado. A nova Unitins adquiriu, assim, mais uma vez, um novo perfil jurídico. Mesmo com todas essas mudanças a Unitins continuou sua expansão, chegando em 2000, com 25 cursos de graduação em 10 campi Universitários, situados em pontos estratégicos do Estado do Tocantins, de modo que sua missão era promover o conhecimento, o desenvolvimento social e, dessa forma, contribuir de maneira significativa para a melhoria da qualidade de vida da população tocaninense.

Uma nova reestruturação aconteceu em fevereiro de 2000, com a edição da Lei 1.127, a autarquia Universidade do Tocantins passou a denominar-se Unipalmas, sendo ela a sua sucessora. Transcorridos quatro anos de instituição da Unitins e a com a criação da Fundação Universidade do Federal do Tocantins (UFT), novamente foi necessário alterar legalmente sua estrutura, assim foi editada a Lei 1.160, de 21 de junho de 2000. Após transferência de parte do patrimônio da Unitins à UFT, dos alunos e dos cursos regulares, houve, mais uma vez, a necessidade de adequar a IES à sua nova realidade acadêmica e física. Para tanto, foi baixado o Decreto 1.672/02 e também a Lei 1.478/04, extinguindo a Unipalmas; que incluem nos objetivos da Unitins outras modalidades de cursos superiores retira da sua estrutura os campi universitários e as escolas isoladas; incumbe a Unitins da Coordenação Estadual da Pesquisa Agropecuária; atribui à Unitins a responsabilidade de organizar e realizar, direta ou indiretamente, os concursos para provimento dos cargos do Poder Executivo; reestrutura a gestão da universidade. O Governo do Estado através do Decreto nº 1.861/03, recredencia a Unitins por dois anos, posteriormente prorrogado por mais três, pelo Decreto n. 2.244/04.

Agora com o discurso de “Uma Unitins renovada”, a Instituição justifica sua nova função:

Diante da abertura que nos fornece a Lei e os apelos da sociedade é papel da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins procurar estabelecer uma política de graduação que possibilite a estruturação de cursos e programas que viabilizem a produção, a organização e a circulação do saber, como produto de uma seleção no interior das culturas dentro da sociedade tocaninense. Diante destes desafios, a Unitins se consolida, autorizada e apoiada pelo Governo do Estado para organizar a pesquisa, promover o ensino e a formação permanente dos servidores estaduais e do povo tocaninense, com a meta constante de fomentar a melhoria da qualidade de vida da população do Tocantins. A Unitins continuará oferecendo cursos de graduação, mas de forma inovadora, através dos sistemas telepresencial e de educação à distância. Já está em tramitação no MEC - Ministério da Educação, processo para credenciamento da Unitins como instituição autorizada a oferecer cursos à distância. (UNITINS, 2004)

A autorização para ofertar cursos de graduação a distância (Ead) veio através da Portaria do MEC nº 2.145/2004, que credencia a Unitins pelo prazo de 05 anos e autoriza a oferta do curso Normal Superior – Licenciatura para as séries iniciais do Ensino Fundamental, com 6.000 (seis) mil vagas, a serem oferecidas no estado do Tocantins, regiões circunvizinhas e outras unidades da federação em que a Instituição tinha parcerias estabelecidas para pólos presenciais.

Para credenciar a Universidade do Tocantins para oferta de cursos de graduação à distância e autorizar a oferta do Curso Normal Superior, a SESu/MEC designou uma comissão verificadora. Esta fez observações quanto à inadequação da infra-estrutura tecnológica, porém registrou que estava em curso a construção de novas edificações que ficariam prontas, por estimativa, em julho de 2004, devendo, então, sediar o novo curso. O relator manifestou favorável ao credenciamento, pelo período de 5 (cinco) anos, entretanto acatou a sugestão da Comissão para autorização inicial de apenas 6.000 (seis mil) vagas, e não 8.000 (oito mil), conforme o solicitado, recomendando que o curso só iniciasse depois de concluídas as obras do novo prédio. Por fim, estabeleceu que a SESu/MEC e o Conselho Estadual de Educação supervisionassem a instalação e desenvolvimento do curso, principalmente durante o primeiro ano de seu funcionamento.

A GRANDE EXPANSÃO VIA EAD

A Unitins através da autonomia didático-científica, conferida à universidade para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, iniciou sua expansão na modalidade educação a distância. Através de Resoluções, o Conselho Curador da Unitins autorizou a implantação e aprovou o Processo Seletivo do Concurso Vestibular, para o 1º semestre de 2005, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis - Bacharelado, e o Curso Sequencial de Formação Específica: Fundamentos e Práticas Jurídiciárias. No ano de 2005, ingressaram na Unitins através da modalidade de ensino a distância em todo o país, 15.974 alunos. O número de alunos que ingressaram no curso Fundamentos e Práticas Jurídiciárias, que foi ofertado somente no Tocantins nesse ano, foi de 5.297 alunos. Em 2006, o Conselho Curador autorizou a implantação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Serviço Social. O total de alunos que ingressaram a nível nacional nesse ano foram 33.651, e o total geral de alunos da Unitins em 2006 chegou a 46.773. Em 2007, o Conselho Curador, aprovou o Processo Seletivo do Concurso Vestibular para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social, e abriu seleção para o curso Tecnologias em Análise e Desenvolvimento de Sistema; Licenciatura em Letras, Matemática e Pedagogia. Ingressando por vestibular 51.997 alunos. (MEC/Inep/Deaes)

Os cursos de graduação ofertados na modalidade Ead no ano de 2007 estavam presentes nos 139 municípios do Tocantins, em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, o curso sequencial em Fundamentos e Práticas Jurídiciárias continuava sendo ofertado apenas para o Tocantins. A Unitins teve uma expansão pelo viés da EAD, saltando de 6.715 (2004/2) alunos matriculados nos cursos de graduação para 21.271 alunos (2005), 46.773 alunos (2006), e chegando a 101.834 alunos (2007/2). Nesse ano a Unitins estava presente em 1.128 cidades brasileiras nos 26 estados, os alunos distribuídos em 1.572 salas de aula.

A expansão da educação superior na Unitins não teve apenas um sentido de ampliação numérica e geográfica, mas também um sentido de ampliação social, movimento pelo meio dos quais foram incorporados setores sociais, antes, excluídos desse grau de ensino. Os

estudantes das cidades interioranas do Tocantins e do Brasil tiveram acesso a educação superior, segundo o ex-reitor Humberto Falcão:

A Unitins se destaca por seu pioneirismo, ao ofertar a todo o país cursos de graduação, na modalidade de Educação a Distância, possibilitando o acesso ao Ensino Superior a milhares de acadêmicos das mais longínquas regiões do Brasil. Podemos considerar a Unitins uma instituição de vanguarda, que teve a sensibilidade de vislumbrar a democratização do ensino, não apenas em projetos, e, baseada nessa verdade, colocar seus sonhos em prática, investindo em um mercado novo, abrindo suas portas para se transformar em uma grande Universidade. Ela superou distâncias, eliminou barreiras, desmistificou padrões, quebrou paradigmas, reviu conceitos e se fez e faz presente no cenário nacional, independente das adversidades da localização geográfica. Alicerçada na ciência da missão e compromisso para com a educação, bem como no aval do MEC Ministério da Educação e Cultura e, com o apoio logístico dos parceiros, a Unitins “desbravou sertões” e se faz presente hoje no Brasil, oferecendo educação de qualidade ao acesso de todos. Chegar ao patamar de mais de 100 mil alunos matriculados nos assegura que, realmente, estamos no caminho certo! (FALCÃO, 2008, p. 02)

Para se consolidar como instituição de educação a distância, a Unitins iniciou, em 2004, interlocução com instituições, organizações e associações nacionais e internacionais que atuam em educação a distância, considerando que um dos objetivos é a abertura ao diálogo crítico com todas as instituições promotoras da Educação a Distância (EaD) para que a missão seja fortalecida e alcançada. Justificando o novo modelo de universidade: “A Unitins oferece uma nova forma de aprender, com a modalidade de Educação a Distância, utilizando as mais modernas tecnologias de comunicação e informação”. (UNITINS, 2007)

A Educação a Distância, tem recebido diversos conceitos com seus respectivos enfoques, a Unitins conceitua “Ensino a Distância da Unitins Ead” como um sistema de ensino em que o aluno realiza a maior parte de sua aprendizagem por meio de materiais didáticos previamente preparados. A Unitins EaD é um programa que oferece Educação a Distância através da Internet, o sistema de educação à distância tem uma plataforma central onde são produzidas tele-aulas. Os “Centros associados”, como são chamadas às salas de recepção, são administradas e mantidas por organizações governamentais ou não. Cada uma dessas salas deve ter uma TV de 29 polegadas ou data show, um receptor, computadores conectados em banda larga e antena parabólica que atender no máximo 40 alunos. As aulas são transmitidas em tempo real, sendo a Unitins responsável pelo controle das aulas e da verificação da aprendizagem, e a cada 15 cidades existe um supervisor regional. Das tele-salas os estudantes enviam, via internet, suas dúvidas, para dois professores que fazem as transmissões ao vivo, um tutor e 40 web tutores respondem as perguntas dos alunos.

Em 2008 novas ferramentas foram incluídas na EaD da Instituição, objetivando proporcionar maior interatividade e diminuir a distância entre o aluno e o professor. Dentre as novidades, estava o fortalecimento das mídias que se dá na utilização de novas plataformas. Foi incluídos simuladores de jogos, uma maior interatividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), entre docentes e alunos, como também um apoio mais ativo na TV e no material impresso. As novas tecnologias visam uma motivação a mais para o aluno. O conteúdo introdutório que englobava as disciplinas Introdução ao Ensino a Distância, Comunicação e Expressão, Língua portuguesa, Informática Básica e Metodologia da Pesquisa Científica, matérias compartilhadas por alunos de todos os cursos da Instituição, o conteúdo estava sendo disponibilizado em DVD, e, se caso perca algumas das aulas do conteúdo específico do curso, o aluno poderia ter acesso a essas primeiras aulas pelo edutube. (UNITINS HOJE. 2008, Edição 02, p. 07)

Até o final de 2008 a Unitins despontava como uma das principais instituições no Brasil ao implantar o Sistema de EaD. Interligada a Rede de Educação a Distância, por meio de parcerias interinstitucionais com a Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Faculdade Educacional da Lapa- Fael e associação de suporte administrativo e tecnológico com a Sociedade Civil de Educação Continuada – Eadcon, a Unitins ampliou seu raio de atuação nacionalmente sob novos princípios de gestão acadêmica.

Credenciada no MEC como Universidade e na categoria administrativa enquadrada como Pública Estadual, a Unitins, entendendo que o art. 1.160/00, versa que Fundação Universidade do Tocantins é instituída pelo poder Público Estadual e mantida por entidades públicas e particulares, entendia que era constituída como uma “Fundação Pública de Direto Privado”. A Unitins que na sua implantação apresentava-se com proposta de serviços públicos, se voltou para modelos mercantilistas, que nada têm de público, e apesar de todas as explicações e justificativas para esse novo perfil de universidade, não foram suficientes para a intervenção do MPF e do MEC na Instituição no ano de 2009, como veremos no próximo tópico.

2009: O ANO DO DESCREDENCIAMENTO

O ano de 2009 iniciou com muitas turbulências para Unitins. Primeiro o MEC ordenou o fechamento de seus pólos de ensino à distância, depois veio às denúncias de irregularidades no concurso do Quadro Geral para o Governo do Estado do Tocantins, paralelamente a paralisação dos servidores e a troca do Reitor e Pró-Reitores e a suspensão do concurso vestibular pelo MPF, e por ultimo o processo de credenciamento pelo MEC.

Em 06 de fevereiro desse ano, o MPF recomendou à Unitins e à Eadcon que se abstivessem de iniciar novas turmas de cursos de ensino a distância no país, realizando a devolução dos valores eventualmente pagos pelos alunos já matriculados, enquanto não fossem sanadas as irregularidades constatadas no funcionamento dos cursos.

As duas entidades também devem dar ampla divulgação das razões da suspensão dos cursos, suspender a cobrança das mensalidades e submeter o contrato de prestação de serviços educacionais à avaliação de comissão de especialistas designada pelo Ministério da Educação, além de proceder aos ajustes indicados para obtenção da aprovação do MEC quanto às obrigações assumidas pelo Educon/Eadcon no projeto de educação a distância. Caso não seja possível a adaptação do contrato, recomenda sua rescisão por causa das graves irregularidades apontadas na representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Tocantins. A Unitins e a Educon também deve dar continuidade às tratativas com a Secretaria de Educação a Distância do MEC para o estabelecimento de uma proposta satisfatória de saneamento das irregularidades detectadas, além de informar ao Ministério Público Federal, no prazo de dez dias, o acatamento ou não da recomendação (MPF, 2009a)

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do MPF levou em consideração que a Educon/Eadcon não obteve avaliação positiva do MEC para a realização das atividades específicas atribuídas no contrato celebrado com a Unitins, além das irregularidades no contrato celebrado entre as duas instituições apontadas pelo Ministério Público de Contas no Estado do Tocantins. Também considerou que o ensino público em estabelecimentos oficiais deve ser gratuito, conforme previsto na Constituição Federal, e a Unitins é uma universidade estadual e vinha cobrando mensalidade dos alunos (MPF, 2009a).

Segundo a Procuradora, desde 2004, o MPF recebeu uma representação com relação à qualidade de ensino e suposta irregularidades na prestação dos cursos por parte da Unitins, o

órgão fez várias diligências, enviou ofícios ao MEC e ele investigou. A partir da denúncia do Conselho Federal de Serviço Social e de estudantes da Unitins do curso a distância de Serviço Social do pólo de Paranaiguara-GO, sobre a precariedade do referido curso, a Secretaria da Educação a Distância, por meio do ofício n. 738/2008/SEED/MEC, em maio de 2008, solicitou a Unitins informações sobre as condições de ofertas dos cursos nos pólos de apoio presencial. Em resposta a Unitins defende a completa legalidade da sua atuação e informa que as salas de apoio são locais de atendimento aos alunos vinculados a pólos de apoio presencial da Unitins, e que estão localizados nos Centros Associados Eadcon, esclarece também que as bibliotecas estão sendo adequadas aos instrumentos de avaliação do INEP. Após solicitar mais informações sobre os pólos de apoio presencial, as parcerias e convênios firmados e números de alunos por pólos e cursos, foram realizadas visitas *in loco* de avaliação de pólos da Unitins nos municípios de Santa Teresinha de Goiás-GO, Sombrios-SC, Picos-PI, Juína-MT e Taguatinga-DF, entre 11/06/2008 a 01/10/2008. O Secretário da Educação a Distância determinou também avaliação dos materiais dos cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Letras, Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social. A avaliação desses materiais didáticos e dos cursos tecnológicos foram encaminhados para diligências junto à SETEC, em outubro de 2008.

Os Pareceres Técnicos subsidiaram a produção da Nota Técnica nº37/2008/CGS/DRESEAD/SEED/MEC de 06 de outubro de 2008. A análise dividiu-se em três tópicos: Na *Regularidade Formal* a apreciação inicia expondo a criação da Unitins em 1990, sua reestruturação em 2000, como uma instituição Pública Estadual de Ensino e mantida pela Fundação Universidade do Tocantins. Cita seu credenciamento em 2004, para ofertar cursos de graduação na modalidade de EaD, autorizada para oferecer o curso Normal Superior com 6.000 mil vagas. Posteriormente no uso de suas prerrogativas de autonomia criou 07 cursos, sendo que, exceto os cursos de Licenciatura em Letras e em Matemática, os demais cursos foram criados “ad referendum” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2008, p. 06).

A partir de janeiro de 2007 os pólos de apoio presencial precisavam ser credenciados pelo MEC, e o funcionamento do pólo que não se enquadrava no &5º da Portaria Normativa n. 02, configurando irregularidade. O MEC publicou uma relação dos pólos considerados irregulares da Unitins no DOU de 25/04/2008, seção 03, p. 59. Examinou-se que a Unitins, em parceria com a Eadcon, estava oferecendo seus cursos em pólos irregulares. A Unitins tentou justificar que os pólos considerados irregulares pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) não eram pólos de apoio presencial e sim Centros Associados, mas não foi aceita uma vez que somente nos pólos de apoio presencial poderiam ser desenvolvidas as atividades pedagógicas e administrativas, não havendo possibilidade dessas atividades serem desenvolvidas em outras localidades.

Entendemos que a criação de “centros associados” a pólos de apoio presencial e uma forma de contornar a regulação vigente. Estes locais não passariam por visitas *in loco* de credenciamento pelo MEC. Tais locais não possuiriam as condições definidas para o pólo de apoio presencial, precarizando o atendimento ao aluno, que frequentaria o “centro associado”, sem biblioteca, sem laboratório de informática, e somente se dirigiria ao pólo para uma prova semestral obrigatória. Por esta razão, consideramos que qualquer atendimento ao estudante fora dos pólos de apoio presencial regulares perante o MEC configura irregularidade administrativa. Para que seja possível um saneamento de deficiências, a Instituição deve se comprometer a encerrar todas as atividades nos locais irregulares, adequando-se a legislação vigente (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2008, p. 07).

Nos pólos visitados verificou-se também que a Unitins contratava a Eadcon para oferecer os pólos e a infra-estrutura tecnológica, mas esta subcontratava outros parceiros para atuarem como pólos, sendo estes responsáveis pela contratação de tutor de sala. Esses tutores seriam responsáveis para acompanhar os alunos em seu aprendizado, desempenhando assim um importante papel no processo acadêmico, devendo, portanto serem de inteira responsabilidade da Unitins a escolha e capacitação dos tutores presenciais. Configuram-se irregularidades, pois esta sendo realizada por subcontratados da Eadcon. Outra irregularidade apontada foi a Unitins delegar a Eadcon a procura e a escolha dos locais dos pólos de apoio presencial, quando essa tarefa caberia a ela. A parceria Unitins/ Eadcon foi considerada inadequada a legislação educacional vigente, devendo ser revista.

O item *Da Oferta da Modalidade de Educação a Distância* inicia apresentando uma tabela dos cursos de graduação a distância ofertados pela Unitins com dados dos estudantes, totalizando em 2008, 88.675 alunos. A seguir apresenta uma tabela dos cursos de graduação a distância ofertados pela Unitins com dados de docentes. Com base nos dados apresentados, a Comissão verificou baixos percentuais de mestres e doutores em cada curso, apontando que grande partes dos mesmos são diplomados em áreas distintas dos cursos. A média de docentes nos cursos com Pós Stricto Sensu variava entre 42 a 52%, existindo professores com apenas graduação, o que levaria a Instituição a baixos índices na avaliação do INEP. A relação docente/aluno apresentada na tabela dos cursos de graduação a distância ofertados pela Unitins, os números impressionam: Administração 1/429, Ciências Contábeis 1/223, Matemática 1/184, Letras 1/463, Pedagogia 1/365, Serviço Social 1/1.064, sendo que o recomendado é de 1/130. O relatório apresenta a metodologia desenvolvida pela Unitins nos cursos de graduação a distância, evidenciando pontos que não atendem a regulamentação vigente.

A proposta pedagógica confirmada no sistema presencial conectado não é suficiente, do ponto de vista da abrangência de conteúdos necessários para a formação em nível superior, bem como de avaliação continuada do estudante, isto é, se considerarmos o projeto pedagógico aprovado pelo MEC, para o credenciamento para a modalidade de educação a distância, ele não está configurado na prática, seja no tocante à abrangência dos conteúdos, seja nos processos avaliativos de estudantes (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2008, p. 15).

Nos relatórios de avaliação dos cursos encaminhados pelos especialistas, o relatório conclui:

Os cursos da Unitins têm conteúdo suficiente para as formações em cada área, porém sua organização esta em desacordo com as premissas e possibilidades para a modalidade de educação a distância, as avaliações estão em desacordo com proposta de formação em nível superior e, principalmente, o modelo de oferta apresentado, em parceria com a EADCON, é irregular (Idem, 2008, p. 18).

Recomenda que a Instituição deve reestruturar sua proposta de atuação na modalidade de educação a distância, promovendo, dessa forma, as alterações necessárias nos conteúdos e nos cursos avaliados, por meio do Termo de Saneamento das Deficiências.

Em relação a *Infra-estrutura dos Pólos de Apoio Presencial* constatou-se que nos pólos visitados, existem pólos com boas condições físicas que ofertam instalações administrativas adequadas, no entanto a maioria apresenta instalações administrativas insuficientes. As bibliotecas, os espaços físicos dessa e as salas de estudos, quando existiam, eram precárias em todos os pólos visitados e os acervos também não atendiam aos programas das disciplinas. A comissão considerou que as deficiências na Infra-estrutura dos Pólos de

apoio presencial eram graves e deveriam ser sanadas. A Nota Técnica sugere intimar a Unitins para se manifestar acerca do interesse no saneamento de deficiências no prazo de 10 dias.

A instituição manifestou seu interesse no saneamento e em 07 de novembro de 2008, apresentando uma proposta, mas a SEED considerou que esta não atendia ao saneamento dos itens irregulares. Com o compromisso verbal de não abrir edital de seleção de novos alunos até a conclusão das negociações e a assinatura do Termo de Saneamento de Deficiências, foi concedido novo prazo para a Unitins apresentar nova proposta de saneamento. Esta foi apresentada em 12 de fevereiro de 2009, mas não contemplava a implantação da gratuidade nos cursos de graduação a distância.

No dia 16 deste mesmo mês, o Secretário de Educação a Distância, enviou ofício a Unitins determinando a não abertura de processo seletivo até a assinatura do Termo de Saneamento de Deficiências. No dia 20, a Secretaria de Educação a Distância recebeu RECOMENDAÇÃO PRDC/PRTO nº 01/2009, do MPF/Tocantins, para aplicar medida cautelar a Unitins suspendendo preventivamente à admissão de novos alunos cursos de graduação a distância da Unitins. E no dia 26, através do Ofício 290/2009/CGS/DRSEAD/SEED/MEC, a Unitins foi notificada do Despacho do Secretário de 25 de fevereiro de 2009, nos autos do processo n. 23000 016443/2008-83 que impôs medida cautelar e demais determinações. Foi concedido o prazo de 10 dias para a Unitins se manifestar formal e escrita, acompanhada de documentos comprobatórios e apresentar uma proposta de saneamento que atenda integralmente ao teor do despacho.

A Secretaria de Educação a Distância publicou no Diário Oficial da União n. 38 de 25/02/2009, a proibição, por medida cautelar, da realização de novos vestibulares pela instituição e vedando o ingresso de novos estudantes. O Secretário de Educação a Distância, Carlos Eduardo Bielschowsky, acolhendo a Nota Técnica nº17/2009/CGS/DRESEAD/SEED/MEC; considerando a recomendação PRDC/PRTO nº 02, de 19 de fevereiro de 2009, do MPF/Tocantins, de aplicação da medida cautelar de suspensão preventiva da admissão de novos estudantes na Unitins; avaliando que a oferta dos cursos de graduação a distância da Unitins era feita mediante cobrança de mensalidades dos estudantes, em flagrante desrespeito ao inciso IV, do art. 206 da Constituição Federal; sendo a Unitins, instituição pública estadual, foi credenciada para a modalidade de educação a distância em âmbito federal, na qualidade de instituição pública, para a oferta de cursos de graduação a distância públicos e gratuitos; analisando as irregularidades e as fragilidades acadêmicas expostas na Nota Técnica de Supervisão nº37/2008/CGS/DRESEAD/SEED/MEC, sobre os cursos de graduação na modalidade de educação a distância ministrados pela Unitins; além de considerar os riscos iminente de prejuízo direto aos estudantes e possíveis ingressantes, bem como os fundamentos jurídicos existentes; determina:

- a) à UNITINS que, cautelarmente: (i) não realize processo seletivo de estudantes e (ii) suspenda o ingresso de novos estudantes por quaisquer processos seletivos ou de transferência, nos seus cursos de graduação na modalidade a distância, a partir da data de publicação deste Despacho;
- b) conforme Recomendação do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins, que a medida cautelar tenha vigência, enquanto não for implantada a gratuidade do ensino de graduação a distância ministrado pela UNITINS, credenciada pelo MEC na referida modalidade na qualidade de instituição de educação superior pública, nos termos do artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal;
- c) que a UNITINS informe no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Despacho, por meio de manifestação formal e escrita, acompanhada de documentos comprobatórios, as medidas adotadas para o cumprimento das determinações contidas neste Despacho;

- d) que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente proposta de saneamento que atenda integralmente ao teor do presente despacho, conforme disposto no art. 47 do Decreto 5.773/2006 e no art. 46, § 1º da Lei nº 9.394/1996;
- e) que a UNITINS seja notificada do presente Despacho, informando-se sobre o direito de interposição de recurso junto ao Conselho Nacional de Educação, conforme art. 11, § 4º do Decreto 5.773/2006 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA, 2009a).

Após anos ofertando o ensino pago, somente agora o MEC observou que a oferta dos cursos de graduação a distância na Unitins era feita mediante cobrança de mensalidades, infringindo a Lei, pois é uma instituição pública. Renato MEC autorizou cursos e/ou credenciou instituições com base na estrutura e proposta que elas apresentaram, e que o MEC está cumprindo o seu papel. Porém acredita que tem uma coisa estranha nessa história:

Todo mundo é obrigado a conhecer a Constituição vigente, o MEC mais ainda, com todos seus regulamentos. Como é que eles aprovaram a oferta de um curso de graduação a distância por uma IES pública que cobra anuidades, quando isso é estritamente vetado pela Constituição? Essa irregularidade deveria ter sido barrada na origem do processo, evitando assim essa catástrofe (principalmente para os pobres alunos). Alguém pisou no tomate, esqueceu de perguntar, ou coisa pior.... ()

Wilson Azevedo discorda de muita coisa que o MEC faz em EaD, mas avalia que:

Acompanhar a qualidade e investigar denuncia de irregularidades e problemas me parece ser algo a que o MEC não pode fugir sob pena de ser acusado de omissão. O MEC centraliza coisas demais, mas estes dois aspectos, controle de qualidade e fiscalização, são alguns dos elementos que justificam existir um MEC (AZEVEDO, 2009).

O Ministério da Educação, em 2008, iniciou um amplo processo de supervisão em instituições de ensino a distância no país. A fiscalização apontou diversas irregularidades em pontos de atendimento presencial aos alunos, como ausência de coordenadores, falta de laboratórios de informática e de bibliotecas. Na supervisão da Unitins, conforme Nota Técnica nº17/2009, foram constatadas as seguintes irregularidades: a) a Unitins é uma universidade pública estadual contratada por uma empresa privada para a oferta de cursos de graduação a distância; b) ausência de conexão acadêmica entre o corpo docente da Unitins com os estudantes; c) ausência de conexão da Unitins com os pólos e centros associados; d) pólos e centros associados em relação de terceirização (franquias) e quantidade significativa deles sem condições e infraestrutura adequadas para um local de oferta de curso superior, isto é, locais de atendimento a estudantes sem o devido credenciamento e/ou precários; e) poucos professores para o grande número de estudantes matriculados; f) acompanhamento acadêmico aos estudantes precário, inferior ao estabelecido em padrão de qualidade publicado pelo MEC.

A Unitins e a Fael, associadas ao Sistema Eadcon, em 2009 tinham 1.494 pólos de atendimento. Desses, 1.278 segundo o MEC, teriam de ser desativados por fugirem aos requisitos mínimos exigidos. Segundo o ministro Fernando Haddad, “está mais do que provado que a educação a distância pode ser oferecida com excelência. Por isso, não podemos correr o risco de instituições ainda mal estruturadas ampliarem, de maneira desordenada, a oferta de vagas sem garantir os direitos dos estudantes” (MEC, 2009).

O Sistema Eadcon não estava credenciado pelo MEC para oferecer cursos de graduação a distância, somente de especialização. A Unitins ofertava cursos de graduação a distância por meio de uma parceria com uma empresa privada que não tinha autorização para oferecer os oito cursos a distância nos 1.600 municípios “O Eadcon extrapolou. Participa do

processo acadêmico de maneira inadequada”, afirmou Bielschowsky.(MEC, 2009) A Unitins celebrou contrato de prestação de serviços educacionais com a Eadcon, em que esta assume as obrigações de elaborar projeto de educação telepresencial, coordenar o programa e os respectivos cursos, além de selecionar e capacitar tutores para acompanhamento e assessoramento das turmas, o que configura terceirização das atividades pedagógicas do ensino a distância e afronta à regulamentação federal

O vestibular na Unitins ficaria suspenso até a instituição assinar o termo de saneamento com o MEC, e para atender às recomendações da Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão (PRDC/PRTO Nº 02, de 19 de fevereiro de 2009) referente à aplicação de medida cautelar de suspensão preventiva de admissão de novos estudantes na Instituição, o MEC e os Ministérios Públicos Estaduais e Federais do Tocantins e a Unitins, assinaram no dia 29 de abril de 2009, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC). De acordo com o documento, ficou estabelecido que a universidade estivesse credenciada para atuar com Educação a Distância, no âmbito federal, para ofertar cursos de graduação públicos e gratuitos, com o compromisso em não matricular novos estudantes com cobrança de mensalidade.

Para atender as medidas de saneamento identificadas na supervisão do MEC, a Unitins irá preservar o direito dos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação na modalidade de educação a distância com a transferência dos alunos para outras instituições de Ensino Superior credenciadas para a oferta de cursos de graduação nas modalidades à distância e presencial, conforme a preferência de cada estudante. Durante todo o mês de maio, a Unitins estará com edital público convidando instituições de Ensino Superior em todo o país para receberem os acadêmicos por meio de processo de transferência dos alunos regularmente matriculados. Neste período, todo o processo será supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC (BORGES, 2009).

O TAC previa que no início do mês de junho, a Unitins apresentaria aos acadêmicos as opções de instituições de Ensino Superior para início dos procedimentos de transferência dos alunos regularmente matriculados, bem como todas as informações de documentação e orientações a serem seguidas. A Unitins se comprometia também em finalizar as atividades acadêmicas do semestre letivo em andamento, assegurando a validade do período tanto para os procedimentos de transferência, quanto para expedição de certificado aos acadêmicos dos cursos que finalizam suas atividades no primeiro semestre de 2009. De acordo com a Reitora:

Atendendo todas as solicitações do termo de ajuste de conduta, esta universidade assegura que irá proporcionar todas as condições necessárias para a efetiva transferência dos alunos regularmente matriculados e para a matrícula desses acadêmicos em outras instituições de Ensino Superior. Asseguramos que trabalharemos no sentido de realizar essas transferências de modo seguro e tranquilo para os acadêmicos (BORGES, 2009).

No dia 12 na sede do MEC, em Brasília, reuniram-se a Unitins, o MEC, o MPF, deliberando-se que os alunos da modalidade do Ensino a Distância da Unitins continuem os estudos na instituição até que o MPF examine a documentação sobre o assunto. Como a decisão final será deste, a procuradora da República, Ludmila Ribeiro, ouviu as colocações dos presentes e solicitou alguns dados sobre o caso para tomar uma decisão (HIDAKA, 2009),

A Procuradora com o objetivo de assegurar um debate aberto que garantisse a legitimidade do processo, e buscando solucionar o caso dos alunos dos cursos de EaD, ministrados pela Unitins em todo o país, realizou uma audiência pública no dia 28 de maio, na Procuradoria da República no Tocantins. Foram convidados representantes dos alunos, dos

pólos base de ensino, da Unitins, do MEC, da Eadcon, do governo do Tocantins e do MPF-TO. O objetivo da audiência foi assegurar um debate aberto, que garantisse a legitimidade do processo que buscava solucionar o caso dos mais de 90 mil alunos de educação à distância de forma democrática, com a participação das entidades envolvidas e principalmente dos alunos, os principais interessados em uma solução que garantisse a qualidade e a continuidade dos cursos. Ribeiro (2009, p. 04) esclarece:

Eu tinha acabado de assumir, fazia um mês, eu precisava ouvir de todos os participantes daquele processo ter informações, não só obter mas também prestar informações a sociedade. A demanda dos estudantes estava muito grande, muita coisa desconhecida pela mídia, muita coisa que não era verdade, muita informação equivocada. Uma Audiência pública é uma forma de transparência, de escutar opiniões a respeito do caso.

Desde que o TAC foi assinado os alunos vinham manifestando preocupação com os termos do acordo, e com o alijamento de sua participação no processo.

A audiência pública teve a participação da Unitins, Sistema Educacional Eadcon, MEC, MPF-TO, representantes dos Pólos de Educação a Distância e membros de Diretórios Acadêmicos da Unitins/Sistema Educacional Eadcon. Com mais de seis horas de duração, ficaram evidenciados os seguintes fatos e acordados os seguintes encaminhamentos: Todas as partes são favoráveis à permanência dos alunos na própria Unitins até a conclusão do curso e se colocam à disposição para buscar uma solução adequada em conjunto; A transferência proposta aos alunos será facultativa; Será marcada uma reunião, inicialmente proposta para 04 de junho, com Unitins, Sistema Educacional Eadcon, Anead, MPF, Ministério Público de Contas, MPF-TO e MEC, para que, juntos, possam encontrar uma solução; Será estabelecido um cronograma que contemplará todas as etapas necessárias, de modo a permitir controle efetivo da situação; Foi acordado que os alunos devem continuar frequentando as aulas normalmente, participando das atividades acadêmicas, realizando as provas, inclusive com a manutenção dos pagamentos de mensalidades, até a decisão final; Com relação aos Conselhos Regionais e validade dos cursos, o MPF vai instaurar um procedimento para verificação e haverá outro para acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais (UNITINS, 2009a).

Segundo o Comunicado Nº 008/2009 publicado pela a Unitins, na audiência pública ficou claro que todos têm o interesse comum de dar um encaminhamento coerente para preservar a integridade e os direitos dos alunos (UNITINS, 2009a). Para a Unitins e para as entidades reguladoras essas medidas visavam a promoção da melhoria da qualidade do ensino superior à distância. Ribeiro (2009, p. 04) expressa sua opinião:

Fiquei muito satisfeita com a Audiência pública. Teve seu objetivo cumprido, alcançado, muitas manifestações excelentes, conseguir ter uma noção do que estava acontecendo, conseguir ouvir de cada um, o que eles pretendiam. Os que estavam esperando, da situação dos alunos, da Educon, dos donos de pólo, da própria Unitins, do MEC, consegui escutar representante de cada área. De outro lado acredito que a gente conseguiu dar ao processo uma transparência. Todos aqueles que de alguma forma queriam obter uma informação estavam presentes

A imagem e as fragilidades da Unitins foram expostas numa série de reportagem sobre a EaD no Brasil, publicada pelo Jornal Nacional da Rede Globo, na última semana de abril de 2009. Na reportagem “MEC avalia cursos de educação a distância”, destacou que a Unitins teve o crescimento sem controle dos cursos de EaD, sendo uma das explicações para as queixas sobre a qualidade do ensino, a expansão da instituição nos últimos cinco anos, o número de alunos pulou de seis mil para 92 mil. Destacou que a segunda maior universidade de educação

a distância do país virou a primeira em número de irregularidades. A reportagem informa que o MEC constatou que o número de alunos por professor passava de mil em alguns cursos, quando o recomendado internacionalmente, era 130. Destacou ainda que a Unitins não dá suporte, o material didático é ruim, falta biblioteca e laboratório, enfim constatou falta de infra estrutura. Cita o caso da ex-aluna Sônia Martins que desistiu de fazer Serviço Social na a Unitins por que a instituição não dava o suporte que os alunos precisavam, achou o material super-ruim, e apesar de fazerem diversas reclamações, não foram atendidos.

Outra constatação do MEC segundo a reportagem, a Unitins deveria se responsabilizar por toda a parte acadêmica, mas isto não ocorreu. Parte dos tutores de sala foram subcontratados por uma empresa parceira, a Eadcon, configurando-se uma situação irregular. Em carta à TV Globo, a direção da Eadcon se defende e afirma que o projeto de parceria está funcionando segundo o que foi aprovado pelo MEC em 2004 e que, portanto, não há ilegalidade. Segundo a parceira da Unitins, o MEC mudou as regras em 2007 e a Eadcon estava disposta a fazer as modificações necessárias. A reportagem aborda a intervenção do MPF para que os alunos deixassem de pagar mensalidades, uma vez que a Unitins é uma instituição pública de ensino, portanto o ensino tem que ser gratuito. Apresenta a justificativa da reitora Jucylene Borba, assegurando que a cobrança de mensalidade não é ilegal, por que a faculdade é fundação pública de direito privado. Mas prometeu rever a parceria e tornar o ensino gratuito (SEVERIANO, 2009). O MEC sinalizou que para garantir a qualidade do ensino ofertado a distância, os pólos devem ter profissionais capacitados, computadores ligados à internet e biblioteca, além de material didático diversificado, sobre todo o conteúdo do curso. Professores precisam estar sempre disponíveis para tirar dúvidas e as provas têm que ser feitas na sala de aula. O repórter alerta que o crescimento sem controle dos cursos de educação a distância é uma das explicações para as queixas sobre a qualidade do ensino.

A questão da qualidade de ensino é uma das prioridades de atuação do MPF, segundo Ribeiro (2009)

Do nosso lado, o MPF além de pleitear e tutelar o ensino a distância de qualidade, acredito tem que ter um ensino mais democrático, facilitar o acesso, pois o ensino a distância democratiza o ensino, leva a educação a lugares onde não se consegue levar o ensino convencional. Só que não tem que lutar pelo acesso desse ensino, lutar por uma qualidade do ensino, o que adianta fingir que estou estudando, aprendendo quando não se tem o mínimo de qualidade no ensino que está sendo dando, a gente tem que lutar, caminha lado a lado, a expansão de ensino e o ensino de qualidade.

A outra meta do MPF é em relação a gratuidade. No decorrer do procedimento, segundo a Procuradora, verificou-se também que a Unitins é uma instituição de ensino pública e por conta disso a cobrança de mensalidade é indevida, sendo mais um problema, por que ela se constitui como uma fundação pública de direito privado, só que essa figura tem uma natureza híbrida no direito.

Tanto ela tem aspectos que lhe confere maior autonomia e agilidade, para essa feição privada, mas também ela deve atender aos comandos constitucionais da administração pública em geral, ela faz parte da administração pública indireta. Lutamos para que ela se reconstitua, se coloque como universidade pública, assuma o compromisso da gratuidade do ensino. É basicamente isso pelo qual estamos lutando, pela gratuidade do ensino, como se colocar como universidade pública e daí assuma essa gratuidade (RIBEIRO, 2009, p. 02).

Nesse contexto a Procuradora afirma que para a Unitins abrir novo vestibular, vai ter que atender a gratuidade, isso não tem como ser discutido, é um direito dos alunos, é

indiscutível. Mas reconhece que se impõe imediatamente a gratuidade para esses alunos que já esta o cursando, “falo pra Unitins, vocês esta fechando as portas” (RIBEIRO, 2009, p. 06), uma vez que o orçamento desse ano não contempla verba orçamentária nenhuma para a Unitins. Nesse sentido, pleiteia para o próximo ano, que o estado do Tocantins assuma esse papel. Nesta lógica, conclui-se que agora não tem como impor isso a ela, a Unitins provou que não tem condições de assumir a gratuidade, por que não tem verbas pra isso. Outra consideração que fez foi que os alunos entraram por um processo facilitado, se colocar um processo seletivo para uma universidade publica, a quantidade de alunos por vaga iria ser muito maior, nesse sentido está tirando o direito de outros alunos que não participaram porque não tinham condições de pagar.

Com base na alegação de que a instituição não dispõe de condições econômicas, para a realização de investimentos necessários ao cumprimento das determinações do MEC e MPF na forma proposta pelos referidos órgãos, a Unitins recusou assinar o Termo de Saneamento de Deficiências. Com base nessa recusa o MEC publicou a Portaria nº 33, no dia 22 de julho de 2009, por meio da qual o Secretário de Educação a Distância, instaura processo administrativo contra a Fundação Universidade do Tocantins, determinando como penalidade o “descredenciamento” da mesma para oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

A aplicação da penalidade, conforme elencado no Art. 2º: Os fatos apurados que ensejam a aplicação de penalidades são: cobrança de mensalidades por instituição pública de ensino; a delegação de competências acadêmicas pela Unitins à Eadcon, que não é credenciada para oferta de cursos na modalidade a distância; deficiências no ensino ofertado; bem como pólos irregulares, não credenciados pelo MEC; Por ultimo, a secretaria elencou a “recusa” da Unitins “em firmar Termo de Saneamento de Deficiências após 9 (nove) meses de negociação”. Assim, conforme prevê o § 1º do art. 46 da Lei 9.394/1996 e o inciso IV do art. 52 do Decreto 5.773/2006, a penalidade consignável ao caso, considerados o prazo decorrido desde o início do processo de supervisão e a gravidade do caso que envolve dezenas de milhares de estudantes, é o descredenciamento da Representada para oferta de cursos superiores na modalidade a distância (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 2009).

A Unitins solicitou ao MEC dilatamento do prazo para discussão das questões, para buscar entendimentos sobre quais e como deveriam e poderiam ser adotadas as medidas de saneamento, dentro do que fosse possível técnica, econômica e juridicamente, para posterior assinatura dos documentos. O MEC, porém, não concedeu mais tempo à instituição. Como ela não assinou “não nos restou nenhuma outra possibilidade, até para defender o direito dos alunos. “Nós lamentamos”, explicou o secretário”. (CIEGLINSKI, 2009)

A instituição tinha 15 dias para apresentar sua defesa em relação ao descredenciamento, conforme prevê o Art. 4º. da Portaria nº 33. Após essa etapa, o MEC avaliaria a defesa e, caso a Unitins precise fechar os cursos por falta de renovação do credenciamento, a instituição poderá ainda recorrer ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O MPF/TO considerou preocupante a recusa da instituição em assinar os documentos, pois até há pouco tempo, a Unitins era vista como uma parceira, que reconhecia suas falhas e se comprometia a saná-las, postura que contava com o total apoio do MEC e do MPF. “Havia projetos previstos para a Unitins, como a inclusão no programa Universidade Aberta do Brasil. Esta nova postura contraria o comportamento esperado de uma instituição pública de ensino e põe em risco sua relevante função social no projeto de educação do Tocantins” (MPF, 2009b)

Com o descredenciamento, os alunos serão obrigados a deixar a Unitins para concluir o curso em outra instituição. O MPF e o MEC protocolaram na Justiça Federal no dia 22 de

julho de 2009, uma ação de execução do termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado em abril desse ano, entre o MEC e a Unitins, com interveniência do MPF/TO, para sanar irregularidades constatadas nos cursos de educação a distância e preservar o direito dos estudantes matriculados, que previa um planejamento para o processo de transferência. A procuradora Ludmila Ribeiro garante que a transferência dos alunos, deve ser facultativa e sem que haja empecilhos de qualquer natureza sobre a disponibilização de documentos por parte da Unitins.

“A transferência assistida pelo MEC proporciona maior garantia aos direitos dos alunos, que é a prioridade do Ministério Público”, explicou a procuradora. Sobre os diplomas de alunos que já se formaram ou ainda estão matriculados, Ludmila garantiu que todos terão validade e serão reconhecidos pelo MEC, mesmo se a instituição for descredenciada. Os alunos que estão matriculados nos cursos em andamento devem continuar suas atividades acadêmicas e manter os pagamentos das mensalidades, pois a Unitins tem a obrigação de manter estes cursos até sua conclusão, sem prejuízo para os alunos (MPF, 2009b).

A Unitins afirmou em “Comunicado Oficial” que lamentou a abertura do processo punitivo pela SEED, já que propunha uma melhor discussão para o saneamento das deficiências apontadas pelo MEC e explicou que em razão de não dispor de condições econômicas para implementar as medidas saneadoras na forma, em que vinham sendo definidas pelo MEC. A fundação antecipa que vai recorrer da decisão, informa que, dentro do direito ao contraditório e da ampla defesa que lhes são legalmente assegurados, irá valer-se de todos os meios e recursos previstos na legislação para viabilizar uma solução que não implique em penalidades maiores para a Universidade nem em prejuízo para a comunidade acadêmica, inclusive perante o Conselho Nacional de Educação (CNE). Na nota, a instituição disse ainda que realizou estudos técnicos de impacto econômico das medidas exigidas pelo MEC que concluíram que a Instituição não dispõe de condições econômicas para a realização de investimentos necessários ao cumprimento das determinações do MEC e MPF. Por fim elencou, mesmo com a entrada de capital oriunda das mensalidades, o projeto se tornará deficitário em muito pouco tempo. Além disso, seriam necessários recursos do Tesouro do Estado e não existe a previsão orçamentária, nem amparo legal que atendam o cumprimento das determinações.

Diz ainda a nota que nesse sentido, a Unitins solicitou, também, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) para encontrar um caminho técnico, econômico e juridicamente viável. Todas as decisões de gestão administrativas e acadêmicas tomadas pela Unitins só são realizadas com o aval do Conselho Curador e do conhecimento do Governo do Estado. Destaca, ainda, que mantém o interesse de que todos os alunos concluam os cursos na própria instituição e que a transferência para outras Instituições de Ensino Superior ocorra de forma facultativa. A universidade irá atender da melhor forma possível os acadêmicos para que continuem estudando, garantindo a qualidade do ensino durante todo o curso. Por fim, está aberta a discussões para encontrar a solução para todo o caso, desde que viável, técnica, econômica e juridicamente, portanto de forma séria e responsável (UNITINS, 2009b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EaD no Brasil vem experimentado um crescimento sem precedentes no último decênio, e tem adquirido reconhecimento como uma modalidade de educação apropriada para o alcance de metas de políticas públicas, onde há grande dispersão geográfica dos alunos. A

Unitins por a falta de recursos humanos especializados e visando a inclusão social, a melhoria quantitativa e qualitativa da educação no estado do Tocantins, e principalmente como alternativa para a formação e qualificação de professores para o exercício do magistério na Educação Básica, usou a EaD como instrumentos para a sua expansão.

Numa análise geral, podemos concluir que EaD na Unitins, provocou certo fascínio para a oferta no ensino superior, ao tentar abdicar-se do ensino tradicional. Mas para atender essa oferta foi buscar parceria interinstitucional com a Eadcon, para dar o suporte tecnológico e operacional. Nesse contexto houve uma explosão na sua expansão, porem evidenciadas pelo MPF, sem qualidades e confirmada às diversas irregularidades na oferta, pelo MEC. Após nove meses de negociação, o MEC abriu um processo administrativo para o credenciamento da instituição na oferta de cursos a distância. Esta, dentro do direito ao contraditório e da ampla defesa que lhes são legalmente assegurados, informou que valer-se-á de todos os meios e recursos previstos na legislação para viabilizar uma solução que não implique em penalidades maiores para a universidade nem em prejuízo para a comunidade acadêmica, inclusive perante o Conselho Nacional de Educação.

A Unitins apresentará sua defesa em relação ao credenciamento. Após essa etapa, o MEC avaliará a defesa e, caso a Unitins precise fechar os cursos por falta de renovação do credenciamento, a instituição terá ainda como recorrer ao CNE. Somente após esses tramites legais, podemos conhecer qual será o destino dessa instituição de ensino superior no Tocantins.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, W. **Unitins/EADCON impedida de fazer vestibular para graduação a distancia.** Disponível em: Acesso 07 mai 2009

BORGES, C. **Unitins, Ministério da Educação e Ministérios Público Estadual e Federal assinam Termo de Ajuste de Conduta.** 04 mai 2009. Disponível em: <http://www.unitins.br/portal2008/Noticia_principal_Visualizar.aspx?in=1525&idl=4Noticias>. Acesso em: 06 mai. 2009.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Nota Técnica nº37/2008/CGS/DRESEAD/SEED/MEC.** Brasília, outubro de 2008, 21 paginas.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. Portaria n. 33, de 21 de julho de 2009. Brasília 21 de julho de 2009b. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 22 de jul 2009.

CIEGLINSKI, A. **MEC pede credenciamento de cursos a distância de universidade do Tocantins.** Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/07/22/materia.2009-07-22.5258211392/view>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

FALCÃO, H. Editorial. Unitins Hoje. **Jornal bimestral da Unitins.** Palmas, TO, Abril/maio 2008, Edição 02, p. 02.

Ministério da Educação e Cultura (MEC). MEC desativa pólos de ensino a distância. **Assessoria de Comunicação Social (ASC)**. 25 abr. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11664&catid=210>. Acesso em: 10 mai 2009.

Ministério Público Federal (MPF). MPF/TO recomenda que Unitins-Educon suspendam novas turmas para ensino a distância. **Procuradoria da República no Estado do Tocantins** 05 fev 2009a. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/geral/mpf-to-recomenda-que-unitins-educon-suspendam-inicio-de-novas-turmas-para-cursos-de-ensino-a-distancia>>. Acesso em: 14 mar. 2009.

Ministério Público Federal (MPF). MPF/TO requer execução de TAC firmado entre MEC e Unitins **Procuradoria da República no Estado do Tocantins**. 22 fev 2009b. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/direitos-do-cidadao/mpf-to-requer-execucao-de-termo-de-ajustamento-de-conduta-firmado-com-unitins-1>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

INEP. Censo da Educação Superior. **MEC/Inep/Deaes**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. Acesso em: 20 jul. 2007

UMA Unitins renovada. **Notícias Unitins**, set. 2004. Disponível em: <www.unitins.org>. Acesso em: 26 set. 2004.

UNITINS, **Notícias Unitins**. Palmas, TO, 2007. Disponível em: <<http://www.unitinsead.com/main/adiamento2007.php>>. Acesso em: 07 ago 2007.

UNITINS HOJE. Canal aberto. **Jornal bimestral da Unitins**. Ed. 02, abr./mai. 2008, p. 02

UNITINS. Comunicado Nº 008/2009. **Unitins**, Palmas, 29 mai. 2009a. Disponível em: <<http://www.unitins.br/academico/ComunicadoVisualizar.aspx?ide=e7865b29cd03939c2b3c08b6965600e9>> Acesso em 10 jun 2009

UNITINS. Comunicado Nº 0011/2009. **Unitins**, Palmas, 22 jul. 2009b. Disponível em: <<http://www3.unitins.br/academico/ComunicadoVisualizar.aspx?ide=a31048841b55b76a5308dda71b68c587>> Acesso em 23 jun 2009

RIBEIRO, Ludmila. Entrevista concedida - **Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão do MPF**. Palmas, junho de 2009.

Unitins/EADCON impedida de fazer vestibular para graduação a distancia. Disponível em: <> Acesso em: 07 mai 2009.

SEVERIANO, A. MEC avalia cursos de educação a distância. **Jornal Nacional**. 30 abr 2009. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0MUL1105169-10406,00-MEC+AVALIA+CURSOS+DE+EDUCACAO+A+DISTANCIA.html>> Acesso em: 07 mai 2009.

UMA Unitins renovada. **Notícias Unitins**, set. 2004. Disponível em: <www.unitins.org>. Acesso em: 26 set. 2004.